

Professoras Especialistas Pioneiras na Educação de Surdos em Sergipe (1957-1962)

Pioneer Specialist Teachers in Deaf Education at Sergipe (1957-1962)

Catharine Prata Seixas¹
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
catharineseixas@hotmail.com

Solyane Silveira Lima²
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
solylima@hotmail.com

Verônica Reis Mariano Souza³
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
veromar@infonet.com.br

Jorge Carvalho Nascimento⁴
Universidade Federal de Sergipe (UFS)
jocarna@uol.com.br

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Sergipe (UFS). Doutoranda em Educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta do Centro de Artes, Humanidades e Letras na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Adjunta na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

⁴ Doutor em Educação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor aposentado na Universidade Federal do Sergipe (UFS)

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a formação das professoras pioneiras na educação de surdos em Sergipe. Para tanto, organizamos o texto em três momentos. Inicialmente, descrevemos o panorama político que Sergipe vivenciava quando as normalistas foram ao Rio de Janeiro especializar-se. Em seguida, discutimos os elementos que ajudaram a compor o Curso de Especialização de Professores para Surdos no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e as grades curriculares. E, por fim, destacamos o perfil das professoras que se especializaram naquela ocasião e a importância da formação recebida para a educação dos surdos em Sergipe. Para melhor compreender o funcionamento do curso e a contribuição dessas professoras, buscamos subsídios teóricos e metodológicos na Nova História Cultural e nas contribuições de André Chervel (1990).

Palavras-Chave: Professoras; Educação de Surdos; Sergipe

Abstract: The purpose of this article is to analyze the formation of the pioneer teachers in the deaf education at Sergipe. To this end, we organize the text in three moments. Initially, we described the political panorama that Sergipe experienced when the teachers went to Rio de Janeiro to specialize. Next, we discuss the elements that helped to compose the Specialization Course of Teachers for the Deaf people in the Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) and the curriculum grades. Finally, we highlight the profile of the teachers who specialized at that time and the importance of the qualification received to the deaf education in Sergipe. In order to better understand the course's functioning and the contribution of these teachers, we sought theoretical-methodological subsidies in the New Cultural History and the contributions of André Chervel (1990).

Keywords: Teachers; Education of the Deaf; Sergipe

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar a formação de sete professoras pioneiras na educação do surdo sergipano, todas especializadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), e ressaltar a importância do Curso de Especialização de Professores para Surdos. Buscamos, assim, contribuir com os trabalhos já existentes na historiografia sergipana, que versam sobre a educação das pessoas com deficiência no Estado.

O artigo encontra-se organizado da seguinte maneira: Inicialmente descrevemos o panorama político que Sergipe vivenciava quando as normalistas foram ao Rio de Janeiro

especializar-se. Em seguida, discutimos os elementos que ajudaram a compor o Curso de Especialização de Professores para Surdos no INES. E, por fim, destacamos o perfil das professoras que se especializaram naquela ocasião e suas contribuições à educação dos surdos em Sergipe.

Diante do estudo realizado, o título traz em destaque os anos de 1957 a 1962, pois foi neste período que as sete professoras estudadas fizeram o curso de especialização e, destas, três retornaram a Sergipe e iniciaram suas atividades no Centro de Reabilitação Ninota Garcia. Cumprindo, desta forma, com o objetivo preconizado pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), situado no Rio de Janeiro, instituição pioneira na educação de surdos no Brasil.

Sendo assim, apresentamos ao longo deste artigo o delineamento da educação de surdos em Sergipe, enfatizando a influência dos conhecimentos médicos e de caráter reabilitador que marcaram o país neste período. Para tanto, analisamos o curso ofertado pelo INES, bem como a estruturação curricular deste, pois acreditamos que estas informações perfazem o ideário dos gestores e docentes do curso, disseminadas em todo território nacional e que caracterizaram a educação de surdo na década de 1950-1960, com o perfil oralista difundido por Ana Rímoli de Faria Dória, enquanto foi gestora da instituição.

Destaca-se que as sete professoras que realizaram o Curso de Especialização no INES foram: Iracema Moura Santana, Lenira Fontes Feitosa, Maria Gilva de Oliveira, Yêda Garcia de Melo, Cinira Fontes Feitosa, Odete Feitosa e Ester Almeida Valadares. No decorrer deste trabalho, é notória a relevância do estudo da trajetória destas sergipanas, que tanto contribuíram para o aperfeiçoamento da educação de surdos no Estado.

Educação de Surdos em Sergipe

Rita Souza (2009) revela que, na obra da professora Thetis Nunes, encontrou uma nota de rodapé reveladora, que trazia a informação da primeira publicação legal, em Sergipe, voltada para a educação dos anormais, fruto do empenho de Carvalho Neto.

Carvalho Neto, em uma iniciativa pioneira, lançou, em 1921, um projeto para criação de escolas especiais, baseado nos conceitos da pedagogia moderna e orientada pela *sciencia*: “[...] inscripto na legislação dos povos cultos, constitui, de presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela *sciencia*, visando um elevado escopo social e econômico” (CARVALHO NETO *in* SOUZA, 2007, p. 120).

O Projeto nº 480/1921, de sua autoria, que versava sobre a questão, foi votado e remetido às comissões de Instrução Pública e de Finanças com ampla repercussão nacional. Todavia, apesar de sua divulgação, esse projeto não

vingou e, além disso, Aracaju continuou sem uma política pública para pessoas com necessidades especiais. (SOUZA, 2007, p. 120)

O senador sergipano Carvalho Neto pronunciou-se em 1921 a respeito do que ele chamava de “educação dos anormais”, porém o estado de Sergipe não apresentava nenhuma iniciativa educacional neste âmbito. Carvalho (1998) destacou que houve, na década de 1920, a exigência de uma “política nacional de educação” articulada a projetos de homogeneização cultural e moral aos quais não foi estranho o arsenal autoritário referido. Havia, naquele período, uma proposta nacional de estabelecer a escola como instância de homogeneização cultural por via da disseminação de valores e formação de atitudes patrióticas. O Estado promovia a unidade nacional e controlava o poder burocrático.

É nessa realidade que se fortaleciam as questões de saúde e moral. Em sua obra “Molde nacional e forma cívica”, Carvalho (1998) destaca a importância de um corpo saudável na concepção educacional da época.

Educação do sentimento, dos gestos, do corpo e da mente, assim se diferenciava a educação preconizada – capaz de “transformar cada indivíduo em fator social útil, de elevá-lo moralmente, de fornecer-lhe melhores elementos de conforto e felicidade” – da “instrução pura e simples”, arma perigosa. [...] A educação cívica, amplamente forjada por rituais de constituição de corpos saudáveis e de mentes e corações disciplinados, era recurso para garantir que a educação, “arma perigosa”, não viesse a constituir-se em fator de desestabilização social. (CARVALHO, 1998, p. 150)

No Estado Novo, são vários os conceitos de educação. Horta (1994) enfatiza a concepção de educação pelos diferentes olhares.

[...] na doutrina dos Pioneiros, “a educação deve tratar o ser humano como uma entidade social destinada à ação”, limitando-se a “preparar cada homem para viver, com o máximo de eficiência, entre os outros homens”. [...] Em tal época, afirma o Ministro: “A educação não pode ser neutra no mundo moderno”. E também no Brasil, já ameaçada “pelas tempestades do tempo presente”, a educação não podia ser neutra, mas teria que “se colocar decisivamente ao serviço da Nação”. (HORTA, 1994, p. 166)

Para Brandão (1999), a geração dos pioneiros defendia enfaticamente a necessidade da implantação de um sistema público de ensino, em todos os graus, como o único capaz de atender democraticamente a toda a população. As diferentes concepções de educação refletem os ideais de um movimento. No entanto, em nenhum destes conceitos havia um olhar voltado para as

diferenças. Não era possível, naquele momento, falar em educação das pessoas com deficiência na sala regular. Em Sergipe, as discussões educacionais também se voltavam para os padrões de normalidade, e caberia aos centros de saúde o acolhimento dos cidadãos que não correspondessem a esse padrão.

Apenas duas décadas depois teve início a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro, que trouxe como contribuições a inserção de todos os estados federativos na formação de professores, a criação de instituições de apoio e, enfim, todos os investimentos necessários para a educação do surdo. Sergipe participou das propostas, e Souza (2007) revela os nomes das professoras sergipanas que foram se especializar no Rio de Janeiro:

Cinco professoras sergipanas foram fazer o curso no INES em 1960, com bolsas de estudo da Secretaria de Educação de Sergipe, em regime de internato, durante dois anos letivos. Dessas cinco professoras, três lecionaram no Centro de Reabilitação Ninota Garcia: Yêda Garcia de Melo, Maria Gilva de Oliveira e Iracema Moura Santos. Quanto às demais, Odete Feitosa trabalhava na Secretaria de Educação e Lenira só fez o curso e nunca mais se envolveu com os surdos. Anos depois (1965), uma outra professora, Heloísa Freitas, também foi fazer o curso de especialização na área da surdez no INES. (SOUZA, 2007, p. 131)

No acervo histórico do INES, encontramos mais dois nomes, o da professora Cinira Fontes Feitosa, que, portanto, passa a fazer parte deste estudo. Cinira era irmã de Lenira, e ambas residiam em Capela, embora fossem naturais de Nossa Senhora da Glória. A segunda professora encontrada chama-se Ester Almeida Valadares, é natural de Aracaju, cursou disciplinas no ano de 1961, porém sua ficha de matrícula não foi localizada no acervo do INES.

A professora Yêda Garcia concedeu, em 2005, uma entrevista a Souza, na qual percebemos suas lembranças sobre o curso. Ela cita os nomes das disciplinas e relata como eram suas aulas no Ninota Garcia, após o seu retorno do INES.

Chegamos no Rio em fevereiro de 1960. Ficávamos hospedadas no próprio INES [...]. O Rio naquele tempo não era violento [...]. Tinha colegas do Amazonas ao Rio Grande do Sul. Terminamos o curso em dezembro de 1961. Estudei Prática de Ensino, Psicologia, Metodologia, Educação Física e a anatomia do ouvido. Tínhamos, também, aulas de música, onde aprendemos impostação de voz. As aulas teóricas eram dadas à tarde. Em Sergipe, eu dava aula sempre defronte ao espelho. Primeiro fazia exercícios respiratórios e de vocalização. Escrevia frases no quadro e ensinava a criança a falar. Eles tinham dificuldades, só falavam palavras curtas como “bom dia”, “boa tarde”, “casa”,

“papai”, “mamãe”. Por causa da falta de audição, o vocabulário era bem restrito. (SOUZA, 2007, 132)

Nascimento (1991, p. 17) relatou que os anos 1950 em Sergipe foram de significativa expansão da pecuária enquanto atividade econômica, substituindo aceleradamente a economia canavieira, já declinante a partir dos anos 1940. Os pecuaristas importavam boiadas para engorda e ampliavam as pastagens artificiais em áreas tradicionalmente destinadas à lavoura. A indústria têxtil também declinou nesse período. A agropecuária cresceu 31,5% de 1950 a 1960, tendo substituído, em importância econômica, algumas lavouras então decadentes, como as de algodão, a exemplo do que já fizera com a cana-de-açúcar. Não obstante, o estado conheceu um surto de desenvolvimento industrial e de modernização urbana, apesar de muitos indicadores sociais adversos.

A educação popular, e muito menos a das pessoas com deficiência, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada no setor rural e primitivamente aparelhada, provavelmente poucos eram considerados com deficiência, havia alguma tarefa que muitos deles executassem, já que a população era iletrada na sua maior parte e as escolas eram escassas (JANNUZZI, 2006, p.16).

No estado de Sergipe, até 1950, as pessoas com deficiência ficavam sob a responsabilidade dos médicos psiquiatras. Souza (2007) relata que, nas ações de curadoria e de interdição, os laudos médicos frequentemente enquadravam os deficientes, especificamente os auditivos, na categoria de imbecis, idiotas e esquizofrênicos. Os anos 1950 foram, no Nordeste, exatamente o período em que as tensões entre a burguesia e o proletariado mais se agravaram, inclusive porque a hegemonia burguesa – que não rompeu com a oligarquia agrária – fez com que surgisse um proletariado urbano emergente de uma situação em que o estado era percebido como o grande produtor e instância na qual o emprego se expandia aceleradamente (NASCIMENTO, 1991, p. 41).

Quando Luís Garcia assumiu o governo do Estado de Sergipe, em 31.01.1959, pelas mãos do seu chefe político, Leandro Maciel, o pacto populista a nível nacional, firmando a aliança PSD-PTB, começava a ingressar em nova fase de dificuldades. (DANTAS *in* NASCIMENTO, 1991, p. 43)

O atendimento aos “anormais” iniciou-se, provavelmente, através das Câmaras Municipais ou das confrarias particulares, Neste sentido, as Santas Casas de Misericórdia, seguindo a tradição europeia transmitida por Portugal, que atendiam pobres e doentes, devem ter exercido importante papel. Surgiram no Brasil no século XVI e, em Sergipe, no ano de 1604 (JANNUZZI, 2006, p. 8).

As conceituações de deficiência eram contraditórias e imprecisas, e incorporavam as expectativas sociais do momento histórico. Havia na ocasião uma proposta nacional de estabelecer a escola como instância de homogeneização cultural por meio das concepções de valores moralistas.

Na década de 1950, através do bispo D. Fernando Gomes, criou-se a primeira escola para cegos do estado de Sergipe, marco da história da Educação Especial no estado, que funcionou no Serviço de Assistência à Mendicância (SAME). A segunda instituição foi o Ninota Garcia (1962), situada no Bairro Industrial, que tinha por objetivo desenvolver trabalhos manuais, treinamento em braille e fisioterapia, promovendo a socialização do deficiente.

A justificativa para desativação foi a construção, ou melhor a adaptação da sede para a futura instituição, que seria o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, com a promessa do então governador Luiz Garcia, que o ensino dos deficientes visuais ali seria reativado pelo governo sergipano tão logo tivesse uma professora especializada. (GARCIA FILHO, 1966, p. 157 *in* SOUZA, 2007)

Teles (2013, p. 40) relata que “os deficientes auditivos eram atendidos nesse Centro, na escola de surdos-mudos, iniciada no segundo semestre de sua fundação. Duas professoras foram preparadas com antecedência de dois anos da fundação: foram fazer o Curso para Professor de Deficiente Auditivo”.

Analisando as propostas educacionais do período, percebe-se que a obrigatoriedade e gratuidade do ensino coexistiam com a segregação daqueles que não atendiam às exigências escolares. A exclusão do deficiente justificava-se pela adequação da educação que lhes seria oferecida.

Para Nunes Mendonça (1958), o aperfeiçoamento do magistério dependia da leitura: “Apuramos que, em geral, os professores primários sergipanos leem muito pouco”. Em seu relatório, o autor destacou a falta de recursos dos professores para comprar livros, e as dificuldades em encontrar auxílio nas bibliotecas especializadas. Nunes atrelava o fracasso do ensino às dificuldades da profissão.

Desiludidos com a profissão, que não lhes proporciona uma vida a salvo das privações mais elementares, limitam-se a ler o que lhes chega às mãos, como simples passatempo, salvo quando pretendem preparar-se para algum concurso federal. São poucos os que estão mais ou menos em dia com a moderna literatura pedagógica e os que procuram ampliar a respectiva cultura geral. O problema aperfeiçoamento do professor tem sido descuidado. Afora um ineficientíssimo curso de aperfeiçoamento, de um ano, que funciona no Departamento de Educação, com programas inadequados e aulas formais, quase nada se faz, com os recursos estaduais, para promover o aprimoramento

profissional e intelectual do mestre, o enriquecimento contínuo de sua experiência, a atualização dos seus conhecimentos no campo pedagógico. (MENDONÇA, 1958, p. 162)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) prestou valiosa contribuição ao aperfeiçoamento do magistério sergipano, por meio de bolsas de estudo. Sua cooperação, porém, diante de alguns relatos, nem sempre os professores que buscavam uma formação complementar conseguiam retomar suas atividades, pois de acordo com Mendonça (1958), alguns eram “desprestigiados e até humilhados pelos que ocupam posições de relevo na administração educacional, ou pelos administradores escolares”.

O curso de Especialização de Professores para Surdos do INES

O Curso de Especialização de professores para surdos atingiu o auge do seu funcionamento a partir das iniciativas da Campanha de Educação do Surdo Brasileiro (CESB) em 1957, cujo objetivo era alfabetizar as pessoas com surdez, diminuindo desta forma, os índices nacionais de analfabetismo. Estas iniciativas surgem dentro do plano de governo, cujo lema desenvolvimentista, promovia a organização educacional baseada em pressupostos nacionalistas.

Além de oralizar os surdos, com base em evidências científicas, era necessário formar professores de surdos, para que estes, retornassem aos seus estados de origem e disseminassem os conhecimentos aprendidos no INES. Sabemos que os cursos de formação do INES não funcionavam de forma isolada, contavam com o apoio e financiamento da União, isto permitia um maior alcance do seu ideário, pois foi a partir destas iniciativas formativas que os estados brasileiros inauguraram as primeiras escolas especializadas em educação de surdos.

Embora, Armando Lacerda já mencionasse o Curso Normal de Formação de Professores de surdos em 1937, apenas em 1951 teremos o início do funcionamento da primeira turma do Curso Normal, sob a gestão de Ana Rímoli de Faria Dória. Esta iniciativa contava com um corpo docente especializado e alinhou a grade curricular de acordo com a Lei Orgânica do Ensino Normal nº 8.530 de 1946. E, esta medida proporcionou ao curso a equivalência do grau de nível médio, permitindo às normalistas posterior ingresso nas graduações de Direito e Filosofia. (ROCHA, 2009).

Os cursos de formação existiram na modalidade: Normal, Rural e Especialização. Ao realizar as análises dos currículos destes cursos entre os anos de 1951-1960, percebeu-se que o Curso Normal era ministrado em três séries, totalizando três anos letivos, apresentava a carga

horária anual com média de 560 horas, a grade curricular com disciplinas que versavam sobre a oralização do surdo, conteúdos básicos desde o ensino de “física” ao ensino da “Metodologia da educação pré-primária e primária de surdo”. Percebe-se ao analisarmos as portarias de funcionamento e estruturação curricular do curso normal, que muitas disciplinas eram inseridas e outras retiradas a cada ano, fruto de reajustes curriculares, dando-nos indícios das tentativas de incluir cada vez mais componentes que inserem os professores na prática de oralização, a exemplo da inserção do ensino de Logopedia no Curso Normal Rural, em 1959, como podemos visualizar nos quadros 1 e 2:

Quadro 1 – Cursos Oferecidos

CURSO	PORTARIAS	TURMA	CARGA HORÁRIA
Curso de Especialização de Professores para Surdos	Portaria nº 19, de 21/03/1957 Portaria nº 1, de 08/01/1959	1ª turma: 1957 - 1958,	
Curso de Especialização de Professores para Surdos	Portaria nº 60, de 26/07/1953 Portaria nº 19-A, de 21/03/1957	2ª turma: 1958 - 1959 Portaria nº 97, de 15 de dezembro de 1959, publicada no Diário Oficial de 25 de janeiro de 1960	1.120 horas teórico-práticas Obs.: As horas de estágio eram contabilizadas em separado e diferenciadas para cada aluno.
Curso de Especialização de Professores para Surdos	Portaria nº 60, de 26/07/1953 Portaria nº 19-A, de 21/03/1957	3ª turma: 1959 - 1960 Diplomada em 2 de dezembro de 1960	1.120 horas teórico-práticas Obs.: As horas de estágio eram contabilizadas em separado e diferenciadas para cada aluno.
Curso de Especialização de Professores para Surdos	Portaria nº 60, de 26/07/1955 Portaria nº 77, de 03/11/1961	4ª turma: 1960 - 1961 Receberam certificado em 16/12/1961. Publicada em 29/01/1962. Obs.: a Portaria nº 82, de 16/12/1961, autorizou a substituição dos certificados por diplomas.	

Fonte: (SEIXAS, 2015)

Quadro 2 – Grade Curricular

PORTARIAS	GRADE CURRICULAR
<p>Curso de Especialização de Professores para Surdos</p> <p>Portaria nº 19-A, de 21/03/1957</p> <p>1ª turma: 1957 - 1958, publicado no Diário Oficial de 15/06/1957</p>	<p>A arte e o surdo; Acústica e Física do som; Anatomia e fisiologia da audição e da fonação; Audiometria e aparelhagem; Didática do ensino primário: Elementar, Complementar e Supletivo, dos deficientes da audição e fala; Treinamento da fala; O ensino da fala; O treinamento auditivo; Didática do desenho, artes aplicadas e decoração de interiores; Educação comparada; Fonética: princípios e prática; Ginástica coreográfica – recreação e jogos – música e canto orfeônico; Higiene da audição e da visão; História da educação do surdo; Inglês; Logopedia – didática do ritmo; Noções de Direito aplicado ao surdo; Patologia da audição e fonação; Prática de ensino primário: Elementar, complementar e Supletivo, dos deficientes da audição e fala; Princípios metodológicos de pesquisa; Psicologia da linguagem; Sociologia.</p>
<p>Curso de Especialização de Professores para Surdos</p> <p>Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 19-A, de 21/03/1957</p> <p>2ª turma: 1958 – 1959</p>	<p>A arte e o surdo; Acústica e Física do som; Anatomia e fisiologia da audição e da fonação; Audiometria e aparelhagem; Didática do ensino primário: Elementar, Complementar e Supletivo dos deficientes da audição e fala; Treinamento da fala; O ensino da fala; O treinamento auditivo; Didática do desenho, artes aplicadas e decoração de interiores; Educação comparada; Fonética: princípios e prática; Ginástica coreográfica – recreação e jogos – música e canto orfeônico; Higiene geral e da audição e da visão; História da educação do surdo; Inglês; Logopedia – didática do ritmo; Noções de Direito aplicado ao surdo; Patologia da audição e fonação; Prática de ensino primário: Elementar, Complementar e Supletivo, dos deficientes da audição e fala; Princípios metodológicos de pesquisa; Psicologia da linguagem; Sociologia e serviço social.</p>
<p>Curso de Especialização de Professores para Surdos</p> <p>Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 19-A, de 21/03/1957</p> <p>3ª turma: 1959 – 1960</p>	<p>A arte e o surdo; Física do som; Anatomia e fisiologia da audição e da fonação; Audiometria e aparelhagem; Didática do ensino primário: Elementar, Complementar e Supletivo, dos deficientes da audição e fala; Treinamento da fala; O ensino da fala; O treinamento auditivo; Didática do desenho, artes aplicadas e decoração de interiores; Educação comparada; Fonética: princípios e prática; Ginástica coreográfica – recreação e jogos – música e canto orfeônico; Higiene geral e da audição e da visão; História da educação do surdo; Inglês; Logopedia – didática do ritmo e impostação da voz; Noções de Direito aplicado ao surdo; Patologia da audição e fonação; Prática de ensino; Princípios metodológicos de pesquisa; Psicologia da linguagem; Sociologia e serviço social.</p>
<p>Curso de Especialização de Professores para Surdos</p> <p>Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 77, de 03/11/1961</p> <p>4ª turma: 1960 – 1961</p>	<p>A arte e o Surdo; Educação Comparada; Física do som; Higiene geral; História da educação do surdo; Inglês; Música e canto orfeônico; Sociologia e serviço social; Didática especial; Noções de psicologia: a. Psicologia aplicada à criança surda, b. Psicologia da linguagem, c. Psicometria; Noções fundamentais de Biologia: a. Fisiologia da audição e da fala; b. Patologia da audição e da fala, c. Anatomia da audição; Audiologia: a. Noções de audiometria, b. Acústica aplicada, c. Aparelhagem para treinamento da audição e da fala, d. Prótese da audição; Português (Complementação dos estudos relacionados com a educação dos surdos): a. Sintaxe, b. Fonética aplicada: emissão, impostação da voz, articulação; Dição; Fonema; Didática do ritmo; Terapêutica da Linguagem: Jogos e Recreação; Atividades artísticas (parte teórica e prática); Prática de ensino.</p>

Fonte: (SEIXAS, 2015)

De acordo com André Chervel (1990, p. 192), a função primordial do historiador que estuda as disciplinas escolares é revelar os conteúdos do ensino das mesmas, sendo assim, não devemos apenas apresentar a disciplinas, mas compreendê-las para além das práticas de ensino adotadas pelas instituições.

Nesta perspectiva, concluímos que os Cursos de Especialização possuíam como marca a formação de professores já atuantes na área educacional, uma vez que no ato de inscrição, os candidatos ao curso deveriam possuir no mínimo dois anos de experiência no magistério, além de serem aprovados nas provas escritas e orais propostas pela comissão do concurso. Tratava-se de um curso de dois anos, com carga horária média de 1.120 horas. Foi nesse curso de especialização, que as sete professoras sergipanas complementaram suas formações no Rio de Janeiro, após o curso Normal e a partir daí dão início as suas trajetórias docentes na educação de surdos.

Perfil das professoras pioneiras especialistas em Educação para Surdos em Sergipe

Segundo Freitas (2003), o ensino Normal surgiu legalmente em Aracaju no ano de 1870, no Colégio Atheneu Pedro II, e, no início, a frequência era apenas masculina. Em 1877, as mulheres começaram a frequentar o ensino Normal, em um asilo de órfãs chamado Nossa Senhora da Pureza.

Elas buscavam cursos de aperfeiçoamento, especialização ou mesmo cursos superiores, no início da carreira profissional (no máximo até 5 anos após a formatura). Todos esses cursos permitiam ascensão no magistério, além de aperfeiçoar e atualizar conhecimentos. As mais “protegidas” foram inclusive para o Rio de Janeiro, tendo como garantia uma vaga na Escola Normal ao retornarem. A busca por novos cursos significava, para algumas, sair de Aracaju e conhecer novos horizontes no Rio de Janeiro. Para outras, a certeza de conseguir deixar o interior e voltar à capital e a possibilidade de assumir cargos de direção, coordenação e orientação. (FREITAS, 2003, p. 192)

Já em 1948 era evidente a não identificação da Reforma Capanema à realidade nacional. Obedecendo a um dispositivo da Carta Constitucional de 1946, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, encaminhou ao Congresso o projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Nunes, 1999, p. 106). Para Dallabrida (2014), a Reforma de Capanema de 1942 foi responsável pela reformulação do ensino secundário no Brasil, estruturada no bojo do nacionalismo autoritário e da cultura escolar sedimentada no ensino das humanidades.

Até o começo da década de 1950, a pressão para o ingresso na escola secundária advinha da classe média, que nela via uma forma de ascensão social. Daí o caráter seletivo de que se revestia, percebido pelo pesquisador norte-americano Wagley, que afirmou que “the Brazilian education system is oriented toward the up class”. (NUNES,1999, p. 126).

Todas as ex-normalistas estudadas por Freitas, apesar das diferentes trajetórias vivenciadas no ingresso profissional, buscaram ascender na carreira e deixar o trabalho como professoras primárias através de cursos de especialização, aperfeiçoamento e graduação (FREITAS, 2003, p. 214).

Segundo Campelo (2009, p. 48), as iniciativas de especialização em Sergipe surgem em 1977, através da Secretaria de Estado da Educação (SEED). O 1º Curso de Especialização, certificado pela Universidade Federal de Sergipe, “vinha substanciar a formação de professores, considerando que a SEED/SE iniciara o projeto de implantação da educação especial em 1976, entrelaçado e subsidiado pela política de formação do CENESP”.

Veremos, a seguir, o perfil das sergipanas que realizaram o Curso de Especialização de professores para surdos no Rio de Janeiro, anteriormente à entrada em funcionamento do Ninota Garcia em Aracaju, que se deu no ano de 1962. As normalistas, mulheres, possuíam os pré-requisitos para o ingresso: eram diplomadas nos cursos normais e professoras do Ensino Primário.

Iracema Moura Santana

Sergipana, aracajuana, casada, nascida no dia 13 de janeiro de 1917, professora primária, filha de Alfredo José de Moura e Maria da Glória Moura. Matriculou-se no Curso de Especialização no dia 23 de fevereiro de 1960. Tinha 43 anos de idade na ocasião, fato incomum para a época, principalmente pela distância da família e por ter se afastado do lar por dois anos. Segundo Souza (2007), Iracema atuou como professora de surdos em Sergipe.

Lenira Fontes Feitosa

Sergipana, natural de Nossa Senhora da Glória, residente em Capela, solteira, nascida em 09 de janeiro de 1932, possuía diploma de Normalista e certificado de Curso de Aperfeiçoamento. No ato da matrícula, exercia a profissão de professora no Grupo Escolar Coelho e Campos, Escola Comercial Sagrado Coração de Jesus. Era filha de João Alves Feitosa e Maria Rosa Fontes Feitosa. Matriculou-se no Curso de Especialização no dia 20 de fevereiro de

1960, aos 28 anos de idade. Não há registros de que tenha atuado na educação de surdos em Sergipe.

Maria Gilva de Oliveira

Sergipana, aracajuana, solteira, nascida em 25 de dezembro de 1941, filha de Afonso Antônio de Oliveira e Maria Alzira da Silva. Possuía diploma do Curso Primário, do Curso Ginásial e do Curso de Formação de Professores Primários pelo Instituto de Educação Rui Barbosa. Exerceu a profissão de professora na capital em estabelecimento particular. Matriculou-se no Curso de Especialização de Professores para Surdos no dia 22 de fevereiro de 1960. Era a mais jovem entre as sete sergipanas analisadas, pois iniciou seus estudos no INES aos 19 anos. Atuou como professora de surdos no estado de Sergipe, mas abandonou suas atividades por motivos pessoais. Segundo relatos de sua família, mora em Salvador.

Yêda Garcia de Melo

Sergipana, aracajuana, solteira, nascida em 23 de janeiro de 1939, filha de Misael Alves de Melo e Maria Garcia de Melo, possuía o título de Professora Primária “Normalista” pelo Instituto de Educação Rui Barbosa. Atuou como Auxiliar de Laboratório no Departamento de Estradas de Rodagens de Sergipe. Realizou a matrícula no Curso de Especialização no dia 22 de fevereiro de 1960. Era sobrinha de Antônio Garcia Filho, que, anos depois, tornou-se diretor do Ninota Garcia, no qual a própria Yêda viria a atuar como professora. Souza (2007), destaca na sua tese de doutorado, a atuação de Yêda Garcia em 1964 no Ninota Gracia, que concedeu entrevistas e relatou a prática pedagógica oralista, fruto dos conhecimentos adquiridos no INES. A prática do oralismo tinha como base as publicações de Ana Rímoli Faria Dória e teve suas produções incorporadas ao livro de Antônio Garcia, “A reabilitação em Sergipe” publicado em 1966.

Cinira Fontes Feitosa

Sergipana, residente em Capela, natural de Nossa Senhora da Glória, solteira, nascida no dia 16 de novembro de 1936, filha de João Alves Feitosa e Maria Rosa Fontes Feitosa, possuía Diploma de Professora Primária “Normalista” pelo Curso Normal Imaculada Conceição. Atuou como professora na Escola Comercial Sagrado Coração de Jesus. Ficou em regime de internato no INES, iniciado no dia 09 de fevereiro de 1961. Realizou a matrícula no Curso de Especialização no dia 18 de fevereiro de 1961, aos 25 anos de idade, mas não há registros de que

tenha atuado com educação de surdos. O diploma de Cinira Fontes Feitosa ainda encontra-se no arquivo do INES.

Odete Feitosa

Sergipana, natural de Propriá, solteira, nascida em 13 de agosto de 1917, filha de Julio Augusto Feitosa e Maria Luiza da Silva, possuía diploma de Normalista pelo Colégio N. S. das Graças, aperfeiçoamento no estado e especialização no INEP em Direção e Inspeção Escolar. Atuou como professora primária no Grupo Escolar João Fernandez de Brito, também em Propriá. Matriculou-se no curso de especialização no dia 19 de fevereiro de 1959.

Ester Almeida Valadares

Sergipana, natural de Simão Dias, professora universitária e funcionária do Senado Federal. De acordo com Valadares (2006), nasceu em 07/12/1931. A ficha de inscrição no curso não foi encontrada, mas seu nome faz parte dos registros dos diários de classe. Tinha 30 anos de idade quando iniciou a especialização. Localizamos seu endereço em Brasília e conversamos por telefone com seus familiares, que desconhecem sua atuação acadêmica, mas relatam que, após deixar Sergipe, Ester foi trabalhar na capital federal, em meados de 2015 ainda residia em Brasília.

Considerações Finais

Destarte, com este estudo, é possível destacarmos que sete sergipanas realizaram o Curso de Especialização, sendo três da cidade de Aracaju, duas do município de Capela, uma nascida em Propriá e uma de Simão Dias. O número de professoras sergipanas identificados neste estudo, não corresponde aos dados do Ministério da Educação e Cultura, pois o mesmo contabilizou cinco docentes especializadas. Isto pode ter acontecido pelo fato de que duas normalistas podem não ter concluído o curso ou, no ato de ingresso, foram indicadas pelo estado onde lecionavam e não necessariamente pelo estado que corresponde a naturalidade de cada uma.

Após a realização do curso três docentes retornaram a Sergipe e atuaram no Centro de Reabilitação Ninota Garcia, foram elas: Iracema Moura, Maria Gilva e Yêda Garcia. Essa instituição foi inaugurada em Sergipe no ano de 1962, e teve no seu quadro de docentes

especializados as sergipanas que formaram-se no INES, tornando-se referência no atendimento às crianças com deficiência.

Souza (2007) ao estudar a Educação dos Surdos em Aracaju, rememora a proposta de Carvalho Neto em 1921 de criar classes especiais para crianças com deficiência. Esta medida não resultou em iniciativas educacionais imediatas, porém, a institucionalização da educação dos surdos em Sergipe, aconteceu com a criação do Ninota Garcia pelo médico e, também político, Antônio Garcia, gestor pioneiro na reabilitação oral das crianças surdas em Sergipe.

Neste estudo de doutorado realizado por Souza (2007) é possível termos acesso aos relatos de Yêda Garcia, e percebermos em seus trechos algumas estratégias utilizadas para o ensino de surdos.

Eu dava aula sempre defronte ao espelho. Primeiro, fazia exercícios respiratórios e de vocalização. Escrevia frases no quadro e ensinava a criança a falar. Eles tinham dificuldades, só falavam palavras curtas como bom dia, boa tarde, casa, papai, mamãe. Por causa da falta de audição o vocabulário era bem restrito. (MELO apud SOUZA, 2007, entrevista em 09 jun.2005)

Costa (2018) descreveu a trajetória, vida escolar e profissional de todos os surdos sergipanos que estudaram no INES entre os anos de 1944 a 1979. Ao narrar os acontecimentos que influenciaram a formação desses sergipanos, relata dentre as diversas entrevistas a atuação de Aparecida de Jesus Santos, surda cega que estudou o ensino primário em 1954 no INES e atualmente é professora aposentada do Ninota Garcia. Constatou a forte influência do oralismo e a sua relevância na profissionalização desses sujeitos, porém todos os surdos entrevistados ressaltaram a dificuldade de domínio oral da Língua Portuguesa.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) instituiu através dos seus cursos de formação de professores uma renovação pedagógica no âmbito educacional nacional e internacional. Sendo assim, Freitas (2019) faz uma comparação acerca das ideias pedagógicas e modelos de formação docente ocorridas no INES e no Instituto Jacob Rodrigues Pereira (IJRP) em Portugal. Identifica na sua tese de doutorado que a obra de Ana Rímoli foi disseminada para além de Portugal, como vemos abaixo:

Os discursos científico-pedagógicos proferidos por Ana Rímoli constituíram-se ferramentas cognitiva e conceitual para a formação docente e figuravam ao lado de outras referências, portadores da autoridade das categorias universais, que circularam a uma escala mundial, revelando percepções compartilhadas acerca dos problemas educativos de diferentes países envolvidos com o ensino, reabilitação e pesquisas na área da surdez. (FREITAS, 2019, p. 273)

Portanto, pode-se afirmar que Ana Rímoli de Faria Dória contribuiu com a disseminação de saberes pedagógicos que preconizavam o ensino do oralismo ao surdo. Seus escritos são fruto das traduções de estudos realizados nos Estados Unidos e Inglaterra. E ao assumir a gestão do INES conseguiu formar professores de surdos em todo território nacional através dos cursos oferecidos por esta instituição.

Os cursos de formação de professores do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro, surgem então como estratégia política para descentralizar a educação de surdos no Brasil. Naquele momento, tornava-se necessário difundir os ideários educacionais para todos os estados brasileiros, sendo assim, investiu-se na formação de professores de todas as regiões e incentivou-se a criação de instituições especializadas, inicialmente, reabilitadoras.

Posterior à análise das grades curriculares e portarias de funcionamento dos cursos, percebeu-se que o Curso de Especialização pretendia formar o professor de surdo para que ele compreendesse a anatomia, a fisiologia e a neuroanatomia que envolvem os órgãos fonoarticulatórios (boca, laringe, ouvido, língua), e ensinavam também sobre músculos, ossos e nervos. Aprendidos esses conceitos, os professores teriam que praticar a forma mais adequada para fazer o surdo falar, oralizar. Dessa forma, havia as disciplinas que envolviam os conceitos de linguagem oral, linguagem escrita e exercícios logopédicos.

Os docentes também deveriam saber calcular o grau de inteligência dos surdos, através da psicometria, bem como, medir a acuidade auditiva de seus alunos deficientes auditivos. Inicialmente o caráter da formação era “reabilitador”, diante da própria compreensão de “educação especial” da época, embora Ana Rímoli utilizasse o termo “reeducação” em seus escritos.

As pioneiras sergipanas trouxeram para o estado o que havia de mais moderno naquela época. Os conhecimentos adquiridos no Rio de Janeiro possibilitaram que se estabelecessem, no Ninota Garcia, práticas pedagógicas voltadas para a reabilitação, tornando essa instituição uma referência na educação de surdos em Sergipe. Segundo Souza (2007), após a fundação do Ninota Garcia, em 1962, diversos professores sergipanos foram especializar-se no Instituto Nacional de Educação de Surdos, devido à qualidade do ensino e à referência metodológica de suas práticas. Dentre eles, a professora Heloisa Freitas que foi aperfeiçoar-se em 1965.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Z. A **Intelligentsia educacional**: Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e as histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista/SP, EDUSF, 1999.

BRASIL. Portaria nº 19 de 21 de Março de 1957. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1957-1958.

BRASIL. Portaria nº 1, de 08/01/1959. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1957-1958.

BRASIL. Portaria nº 60, de 26/07/1953. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1958-1959.

BRASIL. Portaria nº 19-A, de 21/03/1957 Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1958-1959.

BRASIL. Portaria nº 60, de 26/07/1953. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1959-1960.

BRASIL. Portaria nº 19-A, de 21/03/1957. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1959-1960.

BRASIL. Portaria nº 60, de 26/07/1955. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1960-1961.

BRASIL. Portaria nº 77, de 03/11/1961. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1960-1961.

BRASIL. Portaria nº 19-A, de 21/03/1957. 1ª turma: 1957 – 1958. Plano Curricular da 1ª turma. publicado no Diário Oficial de 15/06/1957. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1957-1958.

BRASIL. Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 19-A, de 21/03/1957. Plano Curricular da 2ª turma. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1958-1959.

BRASIL. Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 19-A, de 21/03/1957. Plano Curricular da 3ª turma. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1959-1960.

BRASIL. Portarias nº 60, de 26/07/1953 e nº 77, de 03/11/1961. Plano Curricular da 4ª turma. Ministério da Educação e Cultura. Curso de Especialização de Professores para Surdos, 1960-1961.

CARVALHO, M. M. C. **Molde Nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista/SP. EDUSF, 1998.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, v. 2, 1990, p. 177-229.

COSTA, E. S. **Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal de Sergipe, 2018.

DALLABRIDA, N. O MEC-INEP contra a Reforma Capanema: renovação do ensino secundário na década de 1950. Florianópolis: **Perspectiva**, v. 32, n. 2, 2014, p. 407-427. <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n2p407>

FREITAS, A. G. B. **“Vestidas de azul e branco” um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação. Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2003.

FREITAS, G. M. Os Cursos de Formação/Especialização de Professores de Deficientes Auditivos, no Brasil e em Portugal (1950-1980). Bauru: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, 2019, p. 267-282. <https://doi.org/10.1590/s1413-65382519000200006>

HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

JANNUZZI, G. S. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Ed. 2ª. Campinas: Autores Associados, 2006.

LIMA, I. M. C. **Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação contínua de professores: uma perspectiva de educação inclusiva**. (Tese de Doutorado), Universidade Federal da Bahia, 2009.

MENDONÇA, N. **A educação em Sergipe (ano de 1956)**. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1958.

NASCIMENTO, J. C. **A intervenção da Sudene na política educacional do estado de Sergipe (1959-1963)**. (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1991.

NUNES, C. **Anísio Teixeira: a poesia da ação**. Bragança Paulista/SP, EDUSF, 1999.

ROCHA, S. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961).** (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SEIXAS, C. P. **O Instituto Nacional de Educação de Surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961).** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Sergipe, 2015.

SOUZA, R. C. S. **Educação Especial em Sergipe do Século XIX ao início do século XX: Cuidar e Educar para Civilizar.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, 2009.

SOUZA, V. R. M. S. **Gênese da Educação dos Surdos em Aracaju.** (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Bahia, 2007.

TELES, M. M. **A dança das mãos na significação da história: a língua brasileira de sinais na comunidade de pessoas surdas de Aracaju/Sergipe (1962-2002).** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Sergipe, 2013.

Submetido: 02/01/2019

Aceito: 14/01/2020